

RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.466 - SP (2020/0050399-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA**
PROCURADOR : **PAULO HENRIQUE TESSARO - SP343055**
RECORRIDO : **LILIANE GUERRA CALVOSO**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. ISENÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS. ART. 39 DA LEI Nº 6.830/80. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/SP, assim ementado:

Execução Fiscal. Decisão agravada que condicionou a expedição da carta de citação ao recolhimento das despesas postais. Pretensão à reforma. Desacolhimento. Interpretação evolutiva, de forma a se distinguir as custas processuais das despesas postais. Necessidade do recolhimento das despesas, sob pena de se impor ao Poder Judiciário o pagamento antecipado de serviços de terceiros e que são de interesse específico de cada exequente. Inteligência do artigo 39 da LEF em face da CF/1988 e da LRF. Ausência de norma estadual concedendo isenção às Fazendas Públicas Municipais e Autarquias quanto às despesas postais. Ato impugnado que observou o Provimento CSM n. 2.292/2015, acerca das despesas postais. Decisão mantida. Recurso não provido.

O recorrente alega violação ao artigo 39 da Lei Federal nº 6.830 de 1980; ao artigo 91 do Código de Processo Civil de 2015; pugna, em síntese, pelo reconhecimento da dispensa/isenção das custas processuais pela Fazenda Pública.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 34-36.

É o relatório. Passo a decidir.

Observa-se que, a respeito do tema, a jurisprudência das Turmas de Direito Público do STJ é pacífica no sentido de que a Fazenda Pública é isenta do recolhimento prévio das custas judiciais, a exemplo das despesas de postagem de carta citatória, dispêndio que será recolhido, ao final, pelo vencido, nos termos do art. 39 da LEF. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. PAGAMENTO DAS DESPESAS DE POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA. INEXIGÊNCIA. ART. 39 DA LEI Nº 6.830/80.

I - A Fazenda Pública é isenta do recolhimento prévio das custas judiciais, a exemplo das despesas de postagem de carta citatória, dispêndio que será recolhido, ao final, pelo vencido. Precedentes: AgRg no REsp 1483350/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26/11/2014; REsp 1332428/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 03/09/2012 e REsp

1107543/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe 26/04/2010.

II - Recurso especial provido.

(REsp 1.778.801/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 13/12/2018, **grifo nosso**)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. PAGAMENTO DE DESPESAS COM A CITAÇÃO POSTAL. MATÉRIA PACIFICADA APÓS JULGAMENTO DE RECURSO SOBRE O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

1. Preliminarmente, o efeito suspensivo ativo ao Recurso Especial deve ser concedido, porquanto presentes o *fumus boni iuris* em decorrência de a questão debatida estar pacificada no STJ após o julgamento do REsp 1.107.543/SP, Relator Ministro Luiz Fuz, Primeira Seção, sob a égide do rito dos Recursos Repetitivos.

2. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela municipalidade, "nos autos da Execução Fiscal que move contra Juraci Gomes da Silva, em face do despacho de fls. 12 do processo digital originário, que determinou o prévio recolhimento das despesas de citação postal, sob pena de extinção do feito".

3. O acórdão recorrido está em confronto com a orientação do STJ, Tese firmada no REsp 1107543/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 26/04/2010, julgado segundo o procedimento do art. 543-C do CPC, consoante a qual a Fazenda Pública está dispensada do pagamento da citação postal, uma vez que tal ato processual encontra-se abrangido no conceito de custas processuais.

4. Recurso Especial provido (REsp 1.813.967/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1/7/2019, **grifo nosso**).

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator